

A ESCRITA DA SUBALTERNA: INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM A PAIXÃO SEGUNDO G.H., DE CLARICE LISPECTOR

Ludmilla Carvalho Fonseca ¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal discutir a subalternidade e a invisibilidade da mulher negra no romance *A Paixão Segundo G.H.*, de Clarice Lispector. Na obra em questão, a protagonista G.H. descreve a personagem Janair como uma mulher negra e empregada doméstica. Esta, por sua vez, pede demissão e, a partir desse momento, ao se dirigir ao quarto que a funcionária vivia, G.H. depara-se surpreendentemente com marcas da presença de Janair, que ela desconhecia, passando a contestar a sua condição de mulher branca privilegiada. Do mesmo modo que a protagonista do romance invisibiliza a mulher negra subalterna, conhecida somente pela voz dominante da mulher branca, a mesma subalterna promove a inquietação na mulher de classe abastada e a contestação dos seus valores hegemônicos de dominação social, de gênero e racial, lançando-a em um movimento de profunda ruptura existencial, causando a tomada de consciência. Como suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa, será utilizada a abordagem pós-colonial no que tange os temas invisibilidade e subalternidade, e as teorias de gênero vinculadas ao debate gênero-classe-raça.

Palavras-chave: Subalternidade, Invisibilidade, Tomada de Consciência.

INTRODUÇÃO

No romance *A Paixão Segundo G.H.*, o narrador-personagem apresenta Janair ao(à) leitor(a). Mulher negra, empregada doméstica num apartamento de alto padrão, ela aparece na obra de forma indireta, sua presença/ausência é apresentada somente pela voz da patroa branca de classe abastada. Tudo que se sabe da mesma é fruto da construção realizada por G.H. Assim, desenvolvem-se posturas pejorativas, por parte de G.H., sobre Janair, de abordagens centradas nos valores de mulheres socioeconomicamente privilegiadas e étnico-culturalmente dominantes.

O espaço que Janair vivia no apartamento também é descrito pela narrativa hegemônica de padrão euro-norteamericano centrado. Na lógica subalternizante de raça, classe e gênero, o espaço legado à funcionária é o mais precário, pequeno e desprovido de qualquer conforto. A ideia de organização, limpeza e uso do quarto, que a patroa intui sobre a mulher subalterna, é rapidamente desfeito quando ela entra no cômodo.

¹ Doutoranda do Curso de Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, bolsista FAPESP, ludmillaom@gmail.com

Neste trabalho, a análise da obra em destaque busca-se partir do momento em que G.H. encontra o quarto desocupado pela empregada Janair, até o momento em que ela passa contestar todos seus valores dominantes arraigados. Ou seja, a mulher negra subalterna e invisibilizada pela mulher branca dominante é o agente condutor da profunda ruptura social, étnica e do seu papel de gênero que esta conduzia, da negação dos privilégios e da inquietação existencial que este encontro/desencontro vai operar.

A MULHER INVISÍVEL INSUBMISSA

Após o despejo de Janair, G.H. vai até o quarto outrora ocupado pela empregada. Ela supõe que o quarto está sujo e desorganizado, devido à “sua dupla função de dormida e de depósito de trapos, malas velhas, jornais antigos, papeis de embrulho e barbantes inúteis.” (LISPECTOR, 2014, p. 32). No entanto, ela se depara com o aposento limpo, organizado, iluminado e vazio.

Nota-se que há um julgamento de classe com relação à empregada. G.H. diz que irá começar a limpeza do apartamento pelo fundo, e que irá “subindo” horizontalmente até o living. Como subir horizontalmente? Há uma relação de subalternidade² entre a patroa e a empregada, inclusive uma relação de subalternidade com a noção de espaço: o superior (mesmo não estando acima geometricamente) destinado à patroa; o inferior, destinado à empregada, como se fosse a periferia da casa.

Essa relação entre centro-periferia, norte-sul, alto-baixo, colonizador-colonizado, patroa-empregada, inferior-superior, dentre diversos outros constituem o discurso dominante hierárquico que naturaliza as práticas de subalternidade, seguindo a perspectiva da violência epistêmica trazida por Gayatri Spivak (2010, p. 47).

² Gayatri Spivak (2010, p. 54), ao indagar sobre as possibilidades do subalterno falar, pontua alguns exemplos do que ela compreende enquanto pertencente a uma posição de subalternidade: “Estou pensando na população em geral – não especialista ou acadêmica – ao longo do espectro de classes, para quem a episteme opera sua silenciosa função de programação. Sem considerar o mapa da exploração, sobre qual matriz de ‘opressão’ eles poderiam colocar sua multitude heterogênea? Considerando agora as margens (pode-se meramente dizer o centro silencioso e silenciado) do circuito marcado por essa violência epistêmica, homens e mulheres entre os camponeses iletrados, os tribais, os estratos mais baixos do subproletariado urbano. De acordo com Foucault e Deleuze (falando a partir do Primeiro Mundo, sob a padronização e regulamentação do capital socializado, embora não pareçam reconhecer isso), os oprimidos, se tiverem a oportunidade (o problema da representação não pode ser ignorado aqui), e por meio da solidariedade através de uma política de alianças [...], podem falar e conhecer suas condições. Devemos agora confrontar a seguinte questão: no outro lado da divisão internacional do trabalho do capital socializado, dentro e fora do circuito da violência epistêmica da lei e educação imperialistas, complementando um texto econômico anterior, *pode o subalterno falar?*”



O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como o Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade.

Por sua vez, no caso de Janair, soma-se a essa elaboração coercitiva do *outro* o fato de ela ser mulher. Uma subjetividade precária construída pelo discurso da mulher rica e branca. Desse modo, ela é subalterna por pertencer a determinada classe social submissa à classe dominante, mas também, por ser funcionária de uma patroa, uma mulher branca de classe abastada. Dupla subalternidade (social e de gênero), que a própria patroa, mesmo sendo mulher, impõe a Janair.

Spivak (2010) alarga a discussão da subalternidade incluindo o condicionante de gênero como central para que se possam entender os mecanismos de subjugação, sobretudo se forem considerados o fato de ser mulher e de país do Terceiro Mundo.³ Segundo ela,

[...] a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 67).

De qualquer maneira a ex-funcionária é julgada. Primeiramente, G.H. presume que o quarto estará desorganizado, como se a empregada fosse incapaz de ordená-lo, ou ainda, como se tivesse que conviver com os “trapos” lá depositados. Em seguida, a patroa reprova Janair por ter feito a limpeza e a arrumação:

Esperava encontrar escuridões, prepara-me para ter que abrir escancaradamente a janela e limpar com ar fresco o escuro mofado. Não contara é que aquela empregada, sem me dizer nada, tivesse arrumado o quarto à sua maneira, e numa ousadia proprietária o tivesse espoliado de sua função de depósito (LISPECTOR, 2014, p. 35).

Ao se ver numa posição social mais elevada que Janair, G.H., munida de seus privilégios, evidencia que somente a proprietária pode tomar decisões sobre a forma como se ordenam as coisas. Como se a ordem fosse algo que pertencesse única e exclusivamente a uma determinada categoria de pessoas.

³ “Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização. Essas considerações poderiam revisar cada detalhe de julgamentos que parecem válidos para uma história da sexualidade no Ocidente” (SPIVAK, 2010, p. 119).

A ordem é um mecanismo de dominação na concepção ocidental da mulher branca burguesa. Ao seu modo de ver as coisas, a desordem é o que resta ao subjugado, incapaz de tomar decisões sobre o destino dos eventos.

No caso de Janair, ela é uma subalterna insubmissa, pois corrompe a lógica de dominação imposta pela mulher branca, ao gozar da autonomia das suas decisões.

Ainda dentro do contexto da discussão espacial sobre o quarto e, considerando o discurso paradoxal que permeia todo o texto, nota-se que, logo após depreciá-lo, a personagem protagonista eleva-o a um “nível incomparavelmente acima do próprio apartamento” (LISPECTOR, 2014, p. 36). Ela equipara o quarto a um minarete⁴, evidenciando uma ideia de deslocamento do mesmo, como se o cômodo estivesse à parte do apartamento.

O quarto da empregada, nesse caso, se encontra em uma posição privilegiada ao restante da casa, por estar fora do plano estrutural do prédio, como se estivesse isolado, estranho, e não participante do todo simétrico; disforme, tendo outra dinâmica de ser. Por outro lado, está estandardizado, acima, panóptico, numa posição privilegiada, como um mirante, um observatório, um farol, de onde partem as ordens, os chamados, as convocações, a luz que guia, dá as direções.

Nessa ocasião, G.H. eleva Janair à condição de gestora daquele lar, é quem mantém o equilíbrio, a limpeza e a organização; um outro tipo de poder: a dádiva⁵ da subalterna.

A metáfora (do minarete) demarca a mudança da compreensão que a protagonista tinha da empregada, conjuntamente a leitura que a mesma tinha da hierarquia da casa com o quarto da empregada. Processo epifânico que revela um outro olhar sobre o lugar da subalterna.

⁴ “O minarete é a torre de uma mesquita, local do qual o almuadem anuncia as cinco chamadas diárias à oração. Os minaretes, que também recebem o nome de almádena, são normalmente bastante altos se comparados às estruturas que o circundam. O objetivo do minarete é fazer com que a voz do almuadem, a pessoa que faz o chamado à oração (azan) possa ser ouvida a grandes distâncias.” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Minarete> (acesso em 23 de novembro de 2018).

⁵ A dádiva enquanto um fenômeno social foi estudada inicialmente por Marcel Mauss, na obra *Ensaio sobre a dádiva*. Godbout (1998, p. 6), tomando como base esse estudo, define dádiva da seguinte forma: “De modo negativo, entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. Uma primeira característica de um sistema de dádiva consiste no fato de que os agentes sociais buscam se afastar da equivalência de modo deliberado. Isso não significa que a dádiva seja unilateral. Pode sê-lo, mas essa não é uma característica essencial sua. Geralmente, ao contrário, há retribuição, e muitas vezes maior do que a dádiva. Mas a retribuição não é o objetivo. É um equívoco aplicar a ela o modelo linear fins-meios e dizer: ele recebeu depois de ter dado, portanto deu para receber; o objetivo era receber, e a dádiva era um meio. A dádiva não funciona assim. Dá-se, recebe-se muitas vezes mais, mas a relação entre os dois é muito mais complexa e desmonta o modelo linear da racionalidade instrumental.”

Dando seguimento à análise da obra *A paixão segundo G.H.*, é preciso retornar ao ambiente do quarto da trabalhadora do lar Janair, que pedira demissão da casa de G.H., e a patroa fora verificar como está o lugar depois da partida da empregada. Joga-se que é a partir deste momento na narrativa que a tomada de consciência começa a se manifestar com maior densidade. No curso da narrativa é apresentada a percepção geométrica⁶ do espaço, onde a personagem protagonista mostra divergência de entendimento em relação à sua assimetria:

O quarto não era um quadrilátero regular: dois de seus ângulos eram ligeiramente mais abertos. E embora esta fosse a sua realidade material, ela me vinha como se fosse minha visão que o deformasse. Parecia a representação, num papel, do modo como eu poderia ver um quadrilátero: já deformado nas suas linhas de perspectivas. A solidificação de um erro de visão, a concretização de uma ilusão de ótica. Não ser inteiramente regular nos seus ângulos dava-lhe uma impressão de fragilidade de base como se o quarto-minarete não estivesse incrustado no apartamento nem no edifício (LISPECTOR, 2014, p. 36).

As expressões “erro de visão” e “ilusão de ótica” asseveram a percepção da deformação que G.H. tem do quarto. E a desproporção do ambiente, gerando uma “fragilidade de base”, revela sua insegurança ao permear por um espaço, de certa forma desconhecido, pois um novo caminho começará a ser traçado naquele lugar.

⁶ O conceito de *espaço geométrico*, neste caso, está fundamentado na abordagem fenomenológica-existencial desenvolvida por Maurice Merleau-Ponty (1999, p. 394 - 395), em que valoriza a relatividade simbólica e subjetiva no ato de percepção do próprio espaço geográfico, natural e geométrico. “A novidade da fenomenologia não é negar a unidade da experiência mas fundá-la de outra maneira que o racionalismo clássico. Pois os atos objetivantes não são representações. O espaço natural e primordial não é o espaço geométrico e, correlativamente, a unidade da experiência não é garantida por um pensador universal que exporia diante de mim os conteúdos da experiência e me asseguraria, em relação a eles, toda a ciência e toda a potência. Ela é apenas indicada pelos horizontes de objetivação possível, ela só me libera de cada ambiente particular porque me liga ao mundo da natureza ou do em si que os envolve a todos. Será preciso compreender como, com um único movimento, a existência projeta em torno de si mundos que me mascaram a objetividade e determina esta objetividade como meta para a teleologia da consciência, destacando estes ‘mundos’ sobre o fundo de um único mundo natural.” Sobre a densidade da percepção subjetiva do espaço geométrico, Merleau-Ponty (1999, p. 387 – 388) reforça: “Da mesma forma, enfim, quando procuramos fundar o espaço geométrico, com suas relações intramundanas, na espacialidade originária da existência, nos responderão que o pensamento só conhece a si mesmo ou às coisas, que não é pensável uma espacialidade do sujeito, e que por conseguinte nossa proposição é rigorosamente desprovida de sentido. Ela não tem, responderemos, sentido temático ou explícito, ela se evanece diante do pensamento objetivo. Mas ela tem um sentido não temático ou implícito, e este não é um *sentido menor*, pois o próprio pensamento objetivo se alimenta do irrefletido e se oferece como uma explicitação da vida de consciência irrefletida, de forma que a reflexão radical não pode consistir em tematizar paralelamente o mundo ou o espaço e o sujeito intemporal que os pensa, mas deve retomar essa própria tematização com os horizontes de implicações que lhe dão seu sentido.”

Para uma mulher acostumada com o conforto, com a ordem, com os privilégios destinados à sua classe, é comum que o acesso ao território não domesticado pelo paradigma civilizatório da classe dominante, cause desordem na sua superficial estabilidade.

“O desenho era um ornamento: era uma escrita.” (LISPECTOR, 2014, p. 37). G.H. faz essa afirmação quando se depara com três desenhos (um homem, uma mulher e um cachorro), feitos por Janair, na parede branca que sucede a porta.

As ilustrações foram feitas com ponta quebrada de carvão: rocha sedimentar formada em sua grande parte pelo carbono. Que por sua vez, é o elemento químico essencial aos processos vitais. Esse ingrediente básico da vida, também foi responsável pela origem da civilização através da escrita. Logo, a origem da vida é o carvão, sustentada na definição trazida por Capra (1996); a origem da escrita é o carvão. A protagonista está, portanto, diante de imagens que se assemelham a pictogramas, é a escrita da subalterna. Se a subalterna não pode falar, ela também, não deve escrever, aos moldes formais estabelecidos pelos padrões ocidentais normativos.

É estabelecida uma relação entre o princípio de tudo, através do carbono (elemento presente na origem do universo), o surgimento da sociedade (por meio da escrita), e o momento que antecede a tomada de consciência, como uma espécie de preparação, um mergulho da personagem para dentro de si que dará origem a uma nova mulher. Sendo assim, o desenho não é um ornamento, e sim, uma escrita, porque comunica algo, porque gera reflexão em G.H.

Ela pensa em si, pensa na figura masculina da ordem, do poder e do domínio que ela representa para Janair:

Meu mal-estar era de algum modo divertido: é que nunca antes me ocorrera que, na mudez de Janair, pudesse ter havido uma censura à minha vida, que devia ter sido chamada pelo seu silêncio de “uma vida de homens”? Como me julgara ela? Olhei o mural onde eu devia estar sendo retratada... Eu, o Homem [...] (LISPECTOR, 2014, p. 38).

Na relação entre patroa-empregada existem sentimentos de solidariedade e de rivalidade, de compaixão e de indiferença. Na obra em questão, os atos de indiferença são latentes, pois que G.H. demora um tempo para se lembrar da fisionomia e do nome da empregada, que saíra apenas havia um dia. Trata-se de um grave problema que afeta o cenário social brasileiro: a invisibilidade social⁷.

⁷ Júlia Tomás (2012, p. 2) discute a *invisibilidade social* da seguinte forma: “Propomos assim, seguindo esta teoria [hermenêutica e fenomenológica], que a invisibilidade social nasce da consciência constituinte do ato de ‘não ver outrem’. Por conseguinte, este fenômeno é puramente subjetivo. Ao

Seja pela indiferença ou pelo preconceito, Janair é tratada como um ser humano invisível.

[...] Quis lembrar-me de seu rosto, e admirada não consegui [...]. A lembrança de sua cara fugia-me, devia ser um lapso temporário.

[...] E sua roupa? Não era de surpreender que eu a tivesse usado como se ela não tivesse presença: sob o pequeno avental, vestia-se sempre de marrom escuro ou de preto, o que a tornava toda escura e invisível. Janair tinha quase que apenas a forma exterior, os traços que ficavam dentro de sua forma eram tão apurados que mal existiam: ela era achatada como um baixo-relevo preso a uma tábua (LISPECTOR, 2014, p. 39).

Além de refletir sobre a invisibilidade de Janair na casa, a patroa também se atenta à possibilidade da empregada odiá-la: “[...] E, olhando o desenho hierático, de repente me ocorria que Janair me odiara [...]” (LISPECTOR, 2014, p. 38). E supõe que o cachorro desenhado na parede é uma transposição do sentimento adverso que ela tinha por G.H. “[...] E quanto ao cachorro – seria este o epíteto que ele me dava? [...]” (p. 38).

Verifica-se, então, que não há harmonia e solidariedade no período de convivência entre as duas mulheres, posto que para G.H., Janair é invisível, e esta demonstra ódio pela outra.

Nas relações de trabalho, é comum verificar esse desequilíbrio, caracterizado pelo controle, pela exigência de disciplina e organização, pela imposição de regras por parte das empregadoras, e, de outra parte, pela autodefesa, submissão, e mecanismos de resistência por parte das empregadas.

reduzir eideticamente o conceito da invisibilidade social surge a sua essência: a intersubjetividade. Ao considerar a intersubjetividade como a estrutura essencial da invisibilidade social observamos uma correlação entre o ‘não visto’ e os outros indivíduos, o ‘não visto’ sendo compreendido como aquele que é invisível aos olhos dos que o rodeiam e os indivíduos sendo entendidos como consciência constituinte. É evidente que uma filosofia do elo social não deve simplesmente reduzir os fenômenos ao Eu. A intersubjetividade, ao abrir um espaço para o discurso filosófico na análise social, implica uma dialética sobre o conhecimento dos feitos sociais. Sendo esta investigação um estudo sociológico, o que nos interessa aqui é o facto de a alteridade invisível não o ser somente para Mim, mas também o ser para Nós. A intersubjetividade é constituinte e operante a diversos níveis. Existe, por um lado, intersubjetividade entre mim e aquele que eu não vejo: o outro partilha mutualmente o sentido do mundo comigo e sabe que eu não o vejo. Por outro, existe uma intersubjetividade coletiva: nós não vemos o outro.” (p. 2).

“A invisibilidade social vai depender (entre outras coisas) da percepção que os outros têm de mim. Se o outro não me vê é certamente porque eu não existo para o outro, no entanto existo fisicamente, logo sou visível. A não-percepção do outro é o resultado da sua vida da qual eu não faço parte. Para compreender o significado do comportamento social do ‘não ver outrem’ é necessário perceber a compreensão do ator, ou seja é fundamental conhecer as sedimentações da história individual e da história comum.” (p. 3)

“A invisibilidade como experiência moral é sofrida porque está relacionada ao sentimento de inexistência social. [...] Para Honneth, este tipo de invisibilidade é uma situação social particular na qual ‘os dominantes exprimem a sua superioridade ao não verem aqueles que eles dominam’.” (p. 6 – 7).

Pode-se dizer que a expressão de escritura da funcionária através dos desenhos na parede, a faxina no quarto, a reorganização e remoção dos objetos velhos sem utilidade são atitudes de insubordinação. Comportamento responsável por desestabilizar G.H., um momento epifânico, a inserção na tomada de consciência dessa outra, do seu papel no mundo, da sua presença que desafia e incomoda, é invisível ou oculta, mas que estremece as paisagens superficiais.

Alguns aspectos relevantes precisam ser destacados mediante a análise da obra em questão. Para tanto, é necessário ressaltar três conceitos para que se possa compreender a importância destes no processo de tomada de consciência da personagem protagonista. O primeiro deles é a *pre-sença (dasein)*⁸ elaborados por Martin Heidegger (2000), em *Ser o tempo*; os demais, *exotopia* e *alteridade*, tecidos por Mikhail Bakhtin (2010), em *Estética da criação verbal*.

No romance, a presença de Janair no quarto ocasiona o processo de entendimento próprio de G.H., que inicia. “[...] Coagida com a presença que Janair deixara de si mesma num quarto de minha casa, eu percebia que as três figuras angulares de zumbis haviam de fato retardado minha entrada como se o quarto ainda estivesse ocupado.” (LISPECTOR, 2014, p. 39).

Pode-se dizer que há a presença de Janair no quarto, uma vez que ela deixou suas impressões através de já referida reorganização do cômodo e, principalmente, pelos desenhos. Dessa forma, Janair existe no quarto. A funcionária, sempre tida como ausente e invisível, passa a existir para G.H. Uma presença que faz pensar. Uma presença que leva à *pre-sença*.

Conforme Heidegger (2000, p. 78), “as características constitutivas da *pre-sença* são sempre modos possíveis de ser e somente isso.”

⁸ No esforço de interpretação do pensamento heideggeriano, trazido pela tradutora Márcia de Sá Cavalcanti, “Pré-sença não é sinônimo de existência e nem de homem. A palavra *Dasein* é comumente traduzida por existência. Em *Ser e Tempo*, traduz-se, em geral, para as línguas neolatinas pela expressão ‘ser-aí’, être-là, esser-ci etc. Optamos pela tradução de *pre-sença* pelos seguintes motivos: 1) para que não se fique aprisionado às implicações do binômio metafísico essência-existência; 2) para superar o imobilismo de uma localização estática que o ‘ser aí’ poderia sugerir. O ‘pre’ remete ao movimento de aproximação, constitutivo da dinâmica do ser, através das localizações; 3) para evitar um desvio de interpretação que o ‘ex’ de ‘existência’ suscitaria caso permaneça no sentido metafísico de exteriorização, atualização, realização, objetivação e operacionalização de uma essência. O ‘ex’ firma uma exterioridade, mas interior e exterior fundam-se na estruturação da *pre-sença* e não o contrário; 4) *pre-sença* não é sinônimo nem de homem, nem de ser humano, nem de humanidade, embora conserve uma relação estrutural. Evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade. É na *pre-sença* que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, sua história etc. (cf. entrevista de Heidegger ao *Der Spiegel*, Ver. *Tempo Brasileiro*, n. 50, julho/set. 1977).” (HEIDÉGGER, 2000, p. 309).

[...] Ela [pre-sença] não “tem” a possibilidade apenas como uma propriedade simplesmente dada. E é porque a pre-sença é sempre essencialmente sua possibilidade que ela *pode*, em seu ser, isto é, sendo, “escolher-se”, ganhar ou perder-se ou ainda nunca ganhar-se ou só ganhar-se “aparentemente” (HEIDEGGER, 2000, p. 78).

Posto isto, no cerne das discussões fenomenológicas, avançando nas questões ontológicas do ser, Heidegger preconiza que a condição de ser cabe a cada um; é uma possibilidade própria de cada ser ganhar-se; optar por ganhar ou não, perder ou não sua presença, é uma determinação de cada indivíduo.

Em se tratando da protagonista G.H., interpretando sua própria existência, ela irá perceber que cabe somente a ela a ruptura com os elementos supérfluos que compõem a sua cotidianidade mediada⁹. “O quarto era o retrato de um estômago vazio.” (LISPECTOR, 2014, p. 40). O quarto representa quem tem fome, no sentido dado por Josué de Castro (1984), aquela produzida pelas profundas desigualdades sociais, pela exploração das trabalhadoras e pela segregação social, alimentando os privilégios e o controle dos meios de produção da classe dominante¹⁰. Nele (no quarto) delineiam-se elementos que permeiam a realidade socioeconômica de Janair e das demais empregadas brasileiras, que em sua maioria, são negras,

⁹ “Porque a cotidianidade mediana perfaz o que, em primeiro lugar, constitui o ôntico deste ente, sempre se passou *por cima* dela e sempre se passará, nas explicações da pre-sença. O que, onticamente, é conhecido e distante, o desconhecido, e o que constantemente se desconsidera em seu significado ontológico. [...] Não se deve, porém, tomar a cotidianidade mediana da pre-sença como uma simples ‘aspecto’. Pois a estrutura da existencialidade está incluída *a priori* na cotidianidade e até mesmo em seu modo impróprio. De certa forma, nele está igualmente em jogo o ser da pre-sença, com o qual ela se comporta e relaciona no modo da cotidianidade mediana mesmo que seja apenas *fugindo e se esquecendo dele*.” (HEIDEGGER, 2000, p. 79 – 80).

¹⁰ “Impõe-se uma política que, acelerando o processo de desenvolvimento, quebrando as mais reacionárias forças de contenção que impedem o acesso à economia do país a grupos e setores enormes da nacionalidade, venham a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões de alimentação. Porque a verdade é que nada existe de específico contra a fome, nenhuma panacéia que possa curar este mal como se fosse uma doença de causa definida. A fome não é mais do que uma expressão — a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico. Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona. O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo. É dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade. Só assim teremos um verdadeiro desenvolvimento econômico que nos emancipe de todas as formas de servidão. Da servidão às forças econômicas externas que durante anos procuraram entorpecer o nosso progresso social e da servidão interna à fome e à miséria que entravaram sempre o crescimento de nossa riqueza.” (CASTRO, 1984, p. 305).

reforçando a dominação de gênero, de classe e de raça¹¹ no ambiente de trabalho. Seguindo a perspectiva do feminismo radical levantada por Ângela Davis (2016, p. 225):

As enervantes obrigações domésticas das mulheres em geral oferecem uma flagrante evidência do poder do sexismo. Devido à intrusão adicional do racismo, um vasto número de mulheres negras teve de cumprir as tarefas de sua própria casa e também os afazeres domésticos de outras mulheres. E com frequência as exigências do emprego na casa de uma mulher branca forçavam a trabalhadora doméstica a negligenciar sua própria casa e até mesmo suas próprias crianças. Enquanto empregadas remuneradas, elas eram convocadas a ser mães e esposas substitutas em milhões de casas de famílias brancas.

Retomando a descrição do quarto, sua mobília limita-se a uma cama, três maletas velhas, e um guarda-roupa estreito. As descrições do colchão salientam particularidades de um ambiente inóspito, desagradável, seco, rude e áspero, destacando o estado de precariedade e segregação imposto a Janair pela patroa:

A cama, de onde fora tirado o lençol, expunha o colchão de pano empoeirado, com suas largas manchas desbotadas como de suor ou sangue, manchas antigas e pálidas. Uma outra crina fibrosa furava o pano que estava podre de tão seco e espetava-se erecta no ar. [...]

Sobre elas [maletas], e sobre a marca quase morta de um “G.H.”, o acúmulo já sedimentado e tranquilo de poeira. E havia também o guarda-roupa estreito: era de uma porta só, e da altura de uma pessoa, de minha altura. A madeira continuamente ressecada pelo sol abria-se em gretas e farpas.” (LISPECTOR, 2014, p. 40).

¹¹ Sobre essa temática, Ângela Davis (2011, p. 6) combate a ortodoxia no interior do marxismo por este não considerar as questões de gênero, classe e raça pelo viés da interseccionalidade e por dar primazia somente às questões de classe frente aos mecanismos de dominação: “As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.”

O segundo e terceiro conceitos relevantes para a compreensão da composição da personagem no que diz respeito à tomada de consciência foram elaborados por Bakhtin. São eles: exotopia¹² (*ex* – fora; *topos* – lugar) e alteridade¹³ (do latim *alteritas* – outro).

O termo *exotopia*, escolhido por Tzvetan Todorov para traduzir do russo *vnenajodimost* (substantivo de “encontrar-se fora”), conforme demonstra Irene Machado (2010, p. 16), “[...] tornou-se a matriz terminológica e conceitual das formulações da arquitetônica que procura abarcar a importância do olhar contido num campo de visão e também daquele que se revela excedente [...]”.

No capítulo sobre *A forma espacial da personagem*, Bakhtin (2010) aprofunda o debate acerca do *excedente de visão*, base para o entendimento do conceito de exotopia. Segundo as palavras do autor,

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de

¹² Na ocasião em que busca definir o sentido de exotopia, Bakhtin (1997, p. 21 – 22), argumenta também sobre a difícil tarefa de conceber a relação harmônica entre o *eu* e o *outro*, elementos de compreensão da alteridade. “Esse *excedente* constante de minha visão e de meu conhecimento a respeito do outro, é condicionado pelo lugar que sou o único a ocupar no mundo: neste lugar, neste instante preciso, num conjunto de dadas circunstâncias - todos os outros se situam fora de mim. A exotopia concreta que beneficia só a mim, e a de todos os outros a meu respeito, sem exceção, assim como o excedente de minha visão que ela condiciona, em comparação a cada um dos outros (e, correlativamente, uma certa carência - o que vejo do outro é precisamente o que só o outro vê quando se trata de mim, mas isso não é essencial para nosso propósito pois, em minha vida, a inter-relação ‘*eu* o *outro*’ é concretamente irreversível); tudo isso é compensado pelo conhecimento que constrói um mundo de significados comuns, independente dessa posição concreta que um indivíduo é o único a ocupar, e onde a relação ‘*eu* e *todos os Outros*’ não é absolutamente não-invertível, pois a relação ‘*eu* e o *outro*’ é, no abstrato, relativa e invertível, porque o sujeito cognoscente como tal não ocupa um lugar concreto na existência. Porém esse mundo unificado do conhecimento não poderia ser percebido como o único todo concreto que abarcasse toda a diversidade das propriedades existenciais, do mesmo modo que percebemos o que temos diante dos olhos, pois a percepção efetiva de um todo concreto pressupõe um contemplador único e encarnado, situado num dado lugar; o mundo do conhecimento e cada um de seus elementos só podem ser pensados. Da mesma forma, uma emoção interior e o todo da vida interior podem ser vivenciados concretamente - percebidos internamente - seja na categoria do *eu-para-mim*, seja na categoria do *outro-para-mim*; em outras palavras, seja como vivência própria, seja como vivência desse outro único e determinado.”

¹³ “Alteridade (lat. *Alteritas, Alietas* [...]) Ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro. A alteridade é um conhecimento mais restrito do que diversidade e mais extenso do que diferença.” (ABBAGNANO, 2000, p. 34). Para Bakhtin (2010, p. 109 - 110), o vínculo entre o *eu* e o *outro* é definido pelo ritmo, que fortalece a alteridade: “Na existência interior do outro vivenciada por mim (vivenciada ativamente na categoria de *alteridade*), a existência e o imperativo não estão rompidos nem são hostis mas estão organicamente vinculados, situados no mesmo plano axiológico; o *outro* cresce organicamente no sentido. [...] O ritmo é um beijo e um abraço no tempo axiológicamente adensado da vida mortal do outro. Onde há ritmo, há duas almas (mais exatamente, alma e espírito), há dois ativismos; a vida que vivencia e a que se tornou passiva para a outra, que a enforma e celebra ativamente.”

seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão –, o modo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos (BAKHTIN, 2010, p. 21).

Para dar contornos à abordagem da exotopia e da alteridade em Bakhtin (2010), partindo do olhar do *eu* para o *outro*, no romance em destaque, é interessante notar como a patroa descreve e constrói sua visão da subalterna. Na ocasião, G.H. revela sua visão de Janair:

[...] o rosto preto e quieto, [...] a pele inteiramente opaca que mais parecia um de seus modos de se calar, as sobrancelhas extremamente bem desenhadas, [...] os traços finos e delicados que mal eram divisados no negror apagado da pele. Os traços – descobri sem prazer – eram traços de rainha. E também a postura: o corpo erecto, delgado, duro, liso, quase sem carne, ausência de seios e de ancas (LISPECTOR, 2014, p. 39).

E, partindo da noção da invisibilidade que G.H. tinha de Janair, que possuía “quase que apenas a forma exterior”, ela começa a se questionar a partir desse olhar sobre a empregada.

É de suma importância fazer breve consideração quanto a essa situação que gera o despertar da tomada de consciência na protagonista. Uma mulher branca, de classe abastada, com todos seus privilégios, se incomoda, reflete e mergulha em um caminho tortuoso de desconstrução de todas essas estruturas de dominação e privilégios social e racial que ela detinha vaidosamente. A mulher negra e subalterna a faz refletir sobre si:

E fatalmente, assim, como ela era, assim deveria ter me visto? Abstraindo daquele meu corpo desenhado na parede tudo o que não era essencial, e também de mim só vendo o contorno. No entanto, curiosamente, a figura na parede lembrava-me alguém, que era eu mesma (LISPECTOR, 2014, p. 39).

Olga de Sá (1993, p. 146) salienta a forma como G.H. interpretou as figuras: “O que quisera dizer Janair, desenhando as ‘três múmias’? G.H. compreendeu-as, como índices irônicos de sua caricatura de vida, orientada para o vazio.”

Como foi dito anteriormente, G.H. retrata diferentes processos de alteridade. O primeiro se dá nas interações entre ela e os seus iguais, ou seja, pessoas que, como ela, pertencem à classe abastada (indivíduos do mesmo grupo social), e se escondem por trás das máscaras de caráter¹⁴, envolvidas num processo de atuação como os demais, denominado de conformismo social.

¹⁴ Tomando como base a discussão trazida por John Holloway (2013, p. 204), “A máscara de caráter é uma imagem teórica: a sujeição de nosso fazer ao trabalho abstrato cria um teatro, um palco sobre o qual os personagens se movem em intensa atividade. [...] a luta para não ir ao palco, para não submeter o nosso fazer ao trabalho abstrato, o desejo dos atores, mesmo no palco, de jogar fora as suas máscaras: a luta não de uma identidade, mas contra a identificação.” Mais à frente Holloway (2013, p. 208)

O outro processo ocorre a partir do conflito¹⁵ que se estabelece entre G.H. e Janair, que será discutido ao longo do texto.



É nesse contexto dialógico que irá brotar a necessidade de fazer-se, de reconhecer sua existência¹⁶, no sentido dado pela fenomenologia. A protagonista mostra a necessidade de se deixar ser, de deixar “derramar” *pre-sença*. A seu respeito Heidegger (2000, p. 256) diz: “A pre-sença é um ente que, sendo, está em jogo seu próprio ser. Na constituição ontológica da

complementa: “Não existe sujeito puro, não há bela alma, por detrás da máscara. O ator se deteriora com o papel que ele representa. O rosto que foi forçado a se conformar numa máscara se esconde também porque foi desfigurado pela máscara: retira-a e verá um rosto que foi distorcido pela máscara e pelo seu ressentimento para com a máscara. Não há um nobre selvagem sob os quinhentos anos de discriminação e opressão; não há uma mulher perfeita esperando para ser reconhecida uma vez que a dominação masculina tiver sido removida; não há fazer puro oculto sob o trabalho abstrato.”

¹⁵ “Essa luta contra a eventual posição axiológica do outro coloca de modo original o problema da forma externa auto-informe-confissão; aqui é inevitável o conflito com a forma e a própria linguagem da expressão, que, por um lado, são indispensáveis e, por outro, essencialmente inadequadas por conterem elemento estéticos fundados na consciência valorativa do outro [...]. Nenhum reflexo sobre mim mesmo pode me concluir integralmente, pois, sendo imanente a mim mesmo pode me concluir integralmente, pois, sendo imanente à minha consciência responsável e única, torna-se fator de sentido e valor do desenvolvimento ulterior dessa consciência; minha própria palavra sobre mim mesmo não pode ser essencialmente a última palavra, que me conclui; para mim, minha palavra é um ato, e este só vive no acontecimento singular e único da existência; é por isso que nenhum ato pode dar acabamento à própria vida, pois ele a vincula à infinitude aberta do acontecimento da existência.” (BAKHTIN, 2010, p. 131 – 132).

¹⁶ “A palavra existência resulta da aglutinação da preposição *ek* e do verbo *sistere*. No plano meramente vocabular, existência diz: 1) um movimento de dentro para fora, expresso na preposição; 2) a instalação que circunscreve e delimita um estado e um lugar; 3) uma dinâmica de contínua estruturação em que se trocam os estados, as passagens e os lugares. Devido à pregnância desse conjunto semântico é que *Ser e Tempo* reservou ‘existência’ para designar toda a riqueza das relações recíprocas entre pre-sença e ser, entificação privilegiada, o homem. Nessa acepção, só o homem existe. ‘A pedra é’ mas não existe.” (HEIDÉGGER, 2000, p. 310).

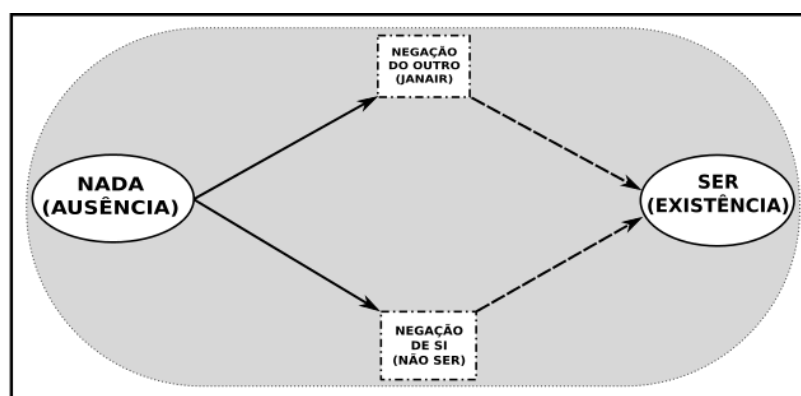
compreensão, o “estar em jogo” evidenciou-se como o ser que se projeta para o poder-ser mais próprio.”

Só que a água nunca fervera. Eu não precisava de violência, eu fervilhava o suficiente para a água nunca ferver nem derramar. Não, eu não conhecia a violência. Eu nascera sem missão, minha natureza não me impunha nenhuma; e sempre tive a mão bastante delicada para não me impor um papel. Eu não me impunha um papel, mas me organizara para ser compreendida por mim, não suportaria não me encontrar no catálogo. [...] Eu vivia mais dentro de um espelho. Dois minutos depois de nascer eu já havia perdido as minhas origens (LISPECTOR, 2014, p. 26).

Ao elaborar seu pensamento sobre o Nada, Platão o define como alteridade:

Resulta que há um ser do não-ser, tanto para o movimento quanto para todos os gêneros, já que em todos os gêneros a alteridade, que torna cada um deles outro, transforma o ser de cada um em não-ser, de modo que diremos corretamente que todas as coisas não são e ao mesmo tempo são e participam do ser. [...] Para Platão o Nada é a alteridade do ser, ou seja, a negação de um ser determinado (p. ex., do movimento) e a referência indefinida ao outro gênero do ser (ao que não é movimento). (ABBAGNANO, 2000, p. 695).

Diante dessa discussão, vale destacar uma passagem do texto em que G.H. declara: “Eu me preparava para limpar coisas sujas mas lidar com aquela ausência me desnorteava.” (LISPECTOR, 2014, p. 41). Ela experimenta uma ausência (Nada) motivada pela negação do outro (Janair), e pela negação de si, e se deparando com o *não-ser* que ela, progressivamente, estará diante de seu *ser*.



Para Heidegger, citado por Abbagnano (2000, p. 697), o Nada “é a própria anulação [...], ele é ‘a condição que possibilita, em nosso ser-aí (Dasein), a revelação do existente como tal’. O problema e a procura do ser nascem de fato de o homem não ser todo o ser, de que seu ser é o Nada da totalidade do ser.”

A dona do apartamento [G.H.] se refere à funcionária [Janair] utilizando as seguintes expressões: “representante de um silêncio”, “estrangeira”, “inimiga indiferente”, e confessa sua indiferença combinada com aversão quando declara “[...] que sem sequer a ter olhado, a odiava.” (LISPECTOR, 2014, p. 41).

Janair representa o perfil da mulher negra trabalhadora doméstica, inserida no processo de marginalização social, no qual a sociedade de classe naturaliza a desigualdade e a negação da subjetividade dos indivíduos explorados pelo trabalho precarizado e pela sujeição às lógicas de subalternidade.

A personagem se insere numa conjuntura social brasileira fruto de um passado escravista, denominado por Sueli Carneiro (*apud* Ratts, 2003, p. 4) de *subalternização do gênero segundo a raça*. Para a autora:

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enruedecedor, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica.

Condizente com as ideias de Carneiro, Ratts (2003, p. 4 – 5) entende que “[...] no Brasil, essa subalternização do gênero implica na seguinte hierarquia: Em primeiro lugar situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra.”

Apoiando-se nas discussões desses autores sobre a subalternização da mulher negra, é possível compreender com mais nitidez que o processo de formação sociocultural e socioespacial brasileiro foram constituídos por valores patrimonialistas, classistas e racistas.

Diante do exposto, a referência de Janair à rainha africana designa resistência em virtude da história de luta do povo negro; pelo fardo do trabalho árduo e degradante, que muitas vezes a ele foi e é delegado; pela criatividade de talento artístico-cultural que assegurou a defesa e o enfrentamento diante de tantas atrocidades.

Janair é uma rainha africana que dela fora destituída sua nobreza ao retirarem sua subjetividade, ao considerá-la (assim como acontece com a grande parte da população negra brasileira) incapaz de exercer funções que não a de sub-trabalhadora do precariado.¹⁷

Ela é uma soberana insubmissa quando pratica suas pequenas resistências cotidianas contra a patroa que exige uma postura subserviente. Seja como rainha do seu lar, como rainha do terreiro (mãe-de-santo), ou rainha do samba, as mulheres negras brasileiras carregam consigo a força das grandes guerreiras que a historiografia oculta, como: Dandara dos Palmares, Anastácia, Tereza de Benguela, Zeferina, Maria Felipa de Oliveira, Rainha Tereza do Quariterê, Na Agontimé, Zacimba Gaba e Aqaltune¹⁸, e várias outras combatentes da escravidão, do racismo e do machismo.

G.H. queria eliminar a presença de Janair e a aridez do quarto, posto que ambas a irritavam:

A primeira coisa que eu faria seria arrastar para o corredor as poucas coisas de dentro. E então jogaria no quarto vazio baldes e baldes de água que o ar duro sorveria, e finalmente enlamearia a poeira até que nascesse umidade daquele deserto, destruindo o minarete que sobranceava altaneiro um horizonte de telhados. Depois jogaria água no guarda-roupa para engorgitá-lo num afogamento até a boca – e enfim, enfim veria a madeira começar a apodrecer (LISPECTOR, 2014, p. 41).

¹⁷ Segundo Ruy Braga (2014, p. 36), “vivemos sob a sombra do “precariado”, isto é, um grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas, submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho. [...] Decorrente da descentralização da produção, da financeirização das empresas, da precarização das formas de contratação e da generalização da terceirização da força de trabalho, as formas tradicionais de auto-organização política dos trabalhadores, em especial os sindicatos, têm enfrentado enormes desafios na contemporaneidade. O resultado da confluência de todas essas tendências tem sido o incremento em escala global do peso relativo do proletariado precarizado no interior das classes trabalhadoras de diferentes países, tanto no Norte quanto no Sul globais.”

¹⁸ Essas guerreiras (Na Agontimé, Zacimba Gaba e Aqaltune) eram integrantes da monarquias nos seus territórios de origem. Aqaltune era princesa, filha do rei Mani-Kongo. Seu pai e seu reino foram derrotados na Batalha de Ambrúla por forças angolanas e portuguesas, pelo controle do território de Dembos, que separava Angola do Congo. No fim da guerra, seu pai foi decapitado e ela foi capturada por forças portuguesas. Foi vendida a senhores de escravos brasileiros junto de seus compatriotas. (disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/aqaltune-a-luz-palmares> - acesso em: 16/02/2019). Na Aontimé foi uma das esposas do rei Agonglo. Após o assassinato de seu esposo, ela teria sido vendida como escrava e enviada às terras brasileiras pelo rei Adandozan. Foi ela quem introduziu o *vodun* de Abomé no Brasil, praticado na Casa das Minas, no Maranhão (ARAÚJO, Ana Lucia. Aquela que “salva” a mãe e o filho. **Tempo**, dez, vol. 15, n. 29, 2010, p. 43 – 66). Zacimba Gaba, princesa guerreira, “foi sequestrada em Cabinda, na África e colocada numa fazenda em São Matheus – ES. Ela lutou bravamente e conseguiu fugir, durante vários anos lutava em alto-mar para libertar negros e negras que chegavam sequestrados” (ARAÚJO, Noélia da Silva Miranda de. Escrivências de uma professora afroindígena. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2018, p. 186 - 197).

Uma outra questão motivada pela figura de Janair e pelo quarto seco – a perturba: Ela quer se indagar, quer lançar-se dentro de si. Para ela, é novidade julgar-se, porque amedronta perder suas “aspas”, deixar de ser uma “réplica bonita”, destruir o tédio que a alimenta e delicadamente a come. O tédio¹⁹ frequentemente manifesto no cotidiano do burguês.

Surge também uma espécie de “violência”, sentimento nunca antes experimentado por ela: “Uma cólera inexplicável, mas que vinha toda natural, me tomara: eu queria matar alguma coisa ali.” (LISPECTOR, 2014, p. 41). Quer matar a mulher estereotipada que admitira ser, e reconhecer-se a si mesma, em lugar de reconhecer-se no outro: “Enquanto eu mesma era, mais do que limpa e correta, era uma réplica bonita.” (LISPECTOR, 2014, p. 29).

Mas é difícil renunciar às acomodações que sua condição socioeconômica lhe assegura, e conseqüentemente, é árduo deixar de ser uma repetição automática de um padrão de mulher.²⁰ Planejando eliminar o que a incomoda no quarto, ocorre uma ideia que lhe causa conforto:

[...] eu cobriria aquele colchão de palha seca com um lençol mole, lado, frio, com um de meus próprios lençóis que tinham minhas iniciais bordadas, substituindo o que Janair deveria ter jogado no tanque. Mas antes rasparia da parede a granulada secura do carvão, desincrustando à faca o cachorro, apagando a palma exposta das mãos do homem, destruindo a cabeça pequena demais para o corpo daquela mulherona nua. E jogaria água e água que escorreria em rios pelo raspado da parede. Como se já estivesse vendo a fotografia do quarto depois que fosse transformado em meu e em mim, suspirei de alívio (LISPECTOR, 2014, p. 42).

Aliciadas à vontade de arrancar as impressões de Janair (objetivo que não se cumpre), questões que não fazem parte de suas reflexões cotidianas surgem. Indagações que não se agregam às concepções ideológicas do indivíduo que opta estar em conformidade com os

¹⁹ Sobre esse tema, Adorno (1995, p. 75) diz: “Tédio é o reflexo do cinza objetivo. Ocorre com ele algo semelhante ao que se dá com a apatia política. A razão mais importante para esta última é o sentimento, de nenhum modo injustificado das massas, de que, com a margem de participação na política que lhes é reservada pela sociedade, pouco podem mudar em sua existência, bem como, talvez, em todos os sistemas da terra atualmente. O nexo entre a política e os seus próprios interesses lhes é opaco, por isso recuam diante da atividade política. Em íntima relação com o tédio está o sentimento, justificado ou neurótico, de impotência: tédio é o desespero objetivo. Mas, ao mesmo tempo, também a expressão de deformações que a constituição global da sociedade produz nas pessoas. A mais importante, sem dúvida, é a detração da fantasia e seu atrofiamento.”

²⁰ Gilles Deleuze (1988, p. 8), tratando da manifestação da diferença e da repetição na sociedade moderna, defende: “Nossa vida moderna é tal que, encontrando-nos diante das repetições mais mecânicas, mais estereotipadas, fora de nós e em nós, não cessamos de extrair delas pequenas diferenças, variantes e modificações. Inversamente, repetições secretas, disfarçadas e ocultas, animadas pelo deslocamento perpétuo de uma diferença, restituem em nós e fora de nós repetições nuas, mecânicas e estereotipadas. No simulacro, a repetição já incide sobre repetições e a diferença já incide sobre diferenças. São repetições que se repetem e é o diferenciante que se diferencia. A tarefa da vida é fazer com que coexistam todas as repetições num espaço em que se distribui a diferença.”

valores de classe dominante, de forma que seu eu seja consumido, com a garantia de que ele seja membro de um grupo que produz sujeitos automatizados.

G.H. inaugura os questionamentos existenciais sobre seu passado, carente de auto-reflexão:

O que queria essa mulher que sou? o que acontecia a um G.H. no couro da valise? Nada, nada, só que meus nervos estavam agora acordados – meus nervos que haviam sido tranquilos ou apenas arrumados? meu silêncio fora silêncio ou uma voz alta que é muda? (LISPECTOR, 2014, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós nos vimos pelo olhar do outro. De fato, G.H. se vê como os demais integrantes da sua classe social a veem, o que não causa nenhum desconforto. Reconhece estar acostumada a ser julgada apenas por si mesma. Mas eis que ocorre a presença do seu oposto, e ela se reconhece nesse ser tão diverso de si. “Havia anos que eu só tinha sido julgada pelos meus pares e pelo meu próprio ambiente que eram, em suma, feitos de mim mesma e para mim mesma. Janair era a primeira pessoa realmente exterior de cujo olhar eu tomara consciência.” (LIESPECTOR, 2014, p. 38).

Esse ponto de vista controverso da protagonista com relação à funcionária é um componente fundamental para seu autoquestionamento, pois ela passa a se ver de forma incomum, graças ao olhar divergente que Janair demonstra de sua patroa. Mesmo silenciada, Janair manifesta como a reconhece, através das gravuras, a escrita da subalterna insubmissa, ímpeto primitivo de insatisfação.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ADORNO, T. **Palavras e Sinais**. Modelos críticos 2. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ARAÚJO, A. L. Aquela que “salva” a mãe e o filho. **Tempo**, dez, vol. 15, n. 29, 2010, p. 43 – 66.
- ARAÚJO, N. da S. M. de. Escrivências de uma professora afroindígena. **Odeere**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2018, p. 186 – 197.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Sul global. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014, p. 35 – 61.

CAPRA, F. **A teia da vida.** Uma compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTRO, J. **Geografia da fome.** O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. São Paulo: **Instituto Geledés** – Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopiaangela-davis/>>. (acesso em: 21/01/2019).

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, nº 38, 1997, p. 1 – 24.

HEIDEGGER, M. **O ser e o tempo.** Vol.1. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

MACHADO, I. A questão espaço-temporal em Bakhtin: cronotopia e exotopia. **Círculo de Bakhtin:** teoria inclassificável. São Paulo: Mercado de Letras, 2010, vol. 1, p. 1 – 19.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RATTS, A. J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. **Anais.** Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu, 21 a 25 de outubro de 2003, p. 1 – 20.

SÁ, O. de. **Clarice Lispector – a travessia do oposto.** São Paulo: Annablume, 1993.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

TOMÁS, J. A invisibilidade social, uma construção teórica. **Colóquio “Crise das Socializações”.** Abril, 2012, p. 1 – 12.